



Viés
Cultural
Museologia e Patrimônio

PLANO DE AÇÃO

CASA DA MEMÓRIA DE NONOAI

2012 - 2014

APRESENTAÇÃO:

A Casa da Memória de Nonai é resultado da responsabilidade sócio-cultural assumida pela UHE Foz do Chapecó com os municípios que sofreram algum impacto com a construção da usina. A preservação da memória e da história se dá através de locais como este, a Casa da Memória de Nonoai será um espaço de salvaguarda, pesquisa, comunicação, tendo como foco os processos educativos e principalmente um espaço que gere reflexão sobre os municípios influenciados pela usina no estado do Rio Grande do Sul, desde o surgimento dos mesmos até os dias atuais.

A Casa da Memória de Nonoai será uma instituição de caráter público, diretamente ligada a Secretaria de Educação de Nonoai e terá sua sede no novo prédio construído pela Foz do Chapecó, especialmente para abrigar a Casa da Memória.

O presente documento trata do Plano de Ação da Casa da Memória de Nonoai para o período de 2012 a 2014. Esse plano foi elaborado na perspectiva de contemplar objetivos, metas e resultados, além de suscitar novos modos de concepção, estruturação, organização, articulação e execução das ações para a Casa da Memória.

Vale-se lembrar aqui, que este plano de ações, vem *a priori*, pontuar ações que devem de imediato serem tomadas para a correta implantação da Casa da Memória de Nonoai, mas que, é indispensável a elaboração do Plano Museológico para esta instituição, conforme sugere a Lei nº 11.904 do Estatuto, do artigo nº 44 ao 47.

MISSÃO:

A missão da Casa da Memória de Nonoai integra o conjunto de atividades inerentes aos cumprimentos dos objetivos gerais de preservação, conservação, investigação, interpretação, divulgação, exposição, documentação e fruição do patrimônio imaterial dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista difundir o conhecimento sobre estes municípios e a promover a valorização da história regional.

OBJETIVOS:

- Proporcionar ao público o acesso à pesquisa;
- Afirmar-se como um espaço expositivo interpretativo e interativo que estimule o pensamento crítico e o entendimento dos hábitos e costumes da comunidade regional.
- Interagir em permanência com a comunidade local e regional com vista ao fomento da troca de conhecimentos.
- Realizar exposições temporárias sobre temas relacionadas diversos, que dinamizem o espaço da Casa da Memória;

AÇÕES:

Institucional:

Acredita-se nas seguintes linhas de atuação para a Casa da Memória: criação jurídica da Casa da Memória de Nonoai através de documentos que comprovem a efetivação do mesmo; criação de um logotipo para a Casa da Memória; elaboração da política de aquisição e descarte de acervos; criação de uma Associação de Amigos da Casa da Memória, que se destine a promover o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Casa da Memória, bem como contribuir nas áreas de pesquisa, publicações, curadoria e atendimento ao público, através da extensão de ações junto à população; inclusão da Casa da Memória em redes e sistema como: ICOM - Conselho Internacional de Museus, Sistema Nacional de Museus e Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul; estabelecimento de redes com outros museus municipais, estaduais ou temática semelhante, a fim de criar um fortalecimento das instituições museológicas e promover trocas e diálogos entre os museus e centros de memória; definição dos horários e funcionamento da Casa da Memória, sendo necessário perspectivar o funcionamento da instituição ao horário do cidadão comum. A abertura ao fim da tarde, as visitas à noite, assim como a adaptabilidade das visitas marcadas aos horários propostos pelo visitante é fundamental para oferecer um espaço que se quer ao serviço da comunidade. Sugere-se aqui seguir a padronização dos museus no mundo, sendo o museu aberto de terça-feira a domingo, fechando nas segundas-feiras para manutenção e limpeza.

Gestão de pessoas:

A criação de equipes técnicas no âmbito da instituição é quase sempre o melhor de todos os caminhos. Acima de tudo, se conseguem adquirir dinâmicas, estabelecer motivações e definir competências que oferecem à

instituição e à comunidade maiores resultados, não apenas do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista pessoal e humano. No entanto, nesta fase deve-se apostar no estabelecimento de parcerias com instituições especializadas, programa de voluntariado ou na contratação de serviços específicos para a concretização dos objetivos técnicos, culturais e científicos que se pretendem atingir.

O desenvolvimento inicial das atividades da Casa da Memória de Nonoai deverá estar apoiada em um quadro profissional imediato com o seguinte perfil:

- 1 responsável pela administração da Casa de Memória - exigência: nível universitário e dinamismo. De preferência com visão para a área cultural ou disposto a se inteirar com os trâmites desta área, (indicamos alguém da área de história, para acúmulo de funções neste primeiro momento da Casa).
- 1 pedagoga(o) que ficará responsável pelas ações educativas a serem desenvolvidas pela Casa de Memória.
- 1 Serviços gerais, para proceder a limpeza dos ambientes

Lembramos que para explorar a totalidade da Casa de Memória, de forma dinâmica e sustentável, previmos o seguinte quadro profissional:

- 1 Museólogo (ou ter a assessoria de um profissional ou empresa especializada);
- 2 Historiador;
- 1 Administrativo;
- 2 Pedagoga;
- 2 Monitora;
- 1 Servente;
- 1 Segurança

Essa equipe deverá atuar de forma que cada setor possa ter seu desenvolvimento vinculado às experiências de outros setores e realizar reuniões mensalmente para avaliação das atividades e ações.

Acervos:

A Casa da Memória de Nonoai apresentará a história dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó, através do seu patrimônio imaterial. A análise das fotografias e dos vídeos permitiu um acesso direto às comunidades, pessoas e patrimônio histórico cultural que viriam a ser atingidos pela barragem. Os registros da paisagem permitiram interessante visualização do Rio Uruguai em diferentes pontos e épocas do ano. Desta forma a Casa da Memória de Nonoai possui o diferencial de não expor objetos tridimensionais históricos, mas sim apresentar a história de uma forma interativa utilizando a tecnologia através de totens com *touch screen* e monitores.

Contudo, demandam cuidados referentes às suas exposições de longa e curta duração, é necessário que tenham temas que contemplem seus espaços expositivos e alimentem a pesquisa museológica. As ações apresentadas aqui integrem a sociedade com o museu, bem como a construção de uma sólida política de acervos, que demonstre a possibilidade dessa instituição ter a sua missão como norteadora dessa política, associado às demandas institucionais diárias que a Casa da Memória possivelmente terá na sua trajetória histórica e social no espaço onde está instalado.

A sistemática de cotela de acervos imateriais para a Casa da Memória de Nonoai se dará através de doação, cessão, empréstimo ou comodato, e ainda direito do uso da imagem/vídeo, definidos pela Comissão de Acervos da Casa da Memória. Também poderão ser recebidos por empréstimo ou comodato, acervos tridimensionais para compor exposições de curta duração.

A Comissão de Acervos é um mecanismo de avaliação de entrada de acervos que abre para a sociedade a discussão daquilo que será inserido como memória nas instituições de caráter museológico, é de suma importância que

essa comissão se reúna bimensalmente para planejamento e monitoramento dos acervos imateriais a serem anexados na coleção permanente do museu. Será composta por 05 membros, sendo:

Direção	Administração do Museu
Museólogo	Parte Técnica do Acervo
Historiador	Pesquisa
Associação de Amigos	Sociedade Civil
Pedagogo	Secretaria de Educação

Em paralelo a Casa da Memória junto com o museólogo responsável deve definir a forma de catalogação do acervo a ser adotada, e o software em formato digital, que abrigará todas as informações referentes ao acervo imaterial.

É necessário também ter um controle das condições ambientais, níveis de iluminação adequados, determinado tipo de infestações, poluição e poeiras acumuladas nos suportes dos acervos imateriais, que podem contribuir para a deterioração ou mesmo causar danos ou perdas irreparáveis.

Exposições:

As exposições assumem a centralidade no conjunto de todas as funções museológicas, principalmente as que adotam um caráter de longa duração. Para além de ser a face visível da instituição - pois através delas, a instituição museológica comunica com o exterior, dando a conhecer os seus valores e a sua vocação - representam o seu principal motor de dinamização, ao promover o desenvolvimento de atividades e ao criar necessidades de investigação, incorporação e comunicação. As ações voltadas para a área de exposições da

Casa da Memória de Nonoai deve estabelecer uma relação entre acervo, edifício e visitantes.

Não menos importantes, as exposições temporárias apresentam uma grande diversidade de propostas num período de tempo relativamente curto. Além disto, permitem que o museu faça publicidade, o que além de ser uma forma de comunicar com o seu público mais assíduo, é igualmente uma forma de despertar o interesse de novos públicos, levando ao aumento do número de visitantes. As exposições temporárias (curta duração) e itinerantes (extra-muros) devem ser elaboradas anualmente através de um cronograma pela direção da Casa da Memória e demais setores do museu, podendo também ter a participação da comunidade. Em análise desenvolvida pela equipe da Viés Cultural – Museologia e Patrimônio, ao material coletado para implantação da Casa da Memória, algumas sugestões para exposições temporárias foram elencadas como:

- Relação com os indígenas;
- Saúde;
- Esporte;
- Educação;
- Estradas;
- Relações de vizinhança.

Além desses temas, a Casa da Memória poderá firmar parcerias com outras instituições museológicas, que possuem exposições temporárias para empréstimo.

Educativo e cultural:

As atividades museológicas de cunho educativo decorrem em diversas ações que visam implantar modelos adequados quanto a transformar a Casa da Memória como espaço difusor de conhecimento.

Traduz-se também em uma nova possibilidade de intervenção cultural, ou seja, como um instrumento capaz de orientar práticas educativas que possibilitam aprendizados interdisciplinares.

A Casa da Memória de Nonoai, ao propor tais ações, embasadas na metodologia da Educação Patrimonial, possibilita que discussões relativas ao patrimônio e a memória social adentrem os espaços escolares e o território comunitário numa espécie de atividade extramuros. Desta forma, pretende-se ampliar as funções e usos do museu, concretizando a atuação dessas unidades como espaço público e de reflexão sobre a memória coletiva e a formação social da cultura, a partir da exposição e de suas ações educativas. A Casa de Memória, através do programa educativo, deverá: definir linha pedagógica, para orientar todas as ações voltadas para área educacional no museu; desenvolver atividades de cunho educativo para serem aplicados a públicos diferenciados (Idosos, Escolas, e Deficientes Visuais); propiciar formação elementar nas áreas de Educação, Museologia, Patrimônio Cultural e Memória Social através de debate reflexivo (fóruns, seminários, encontros, palestras); capacitar os professores da rede pública e privada de ensino embasado na metodologia da educação patrimonial; e elaborar pesquisa de público na Casa de Memória.

A exploração dos vários temas que cada núcleo museológico oferece e a organização em função dos conteúdos pedagógicos que se pretendem desenvolver, em particular em visitas de grupo, abre um conjunto de potencialidades de extraordinária dimensão ao nível da oferta do “saber” e, naturalmente, no fidelizar de públicos de instituições de ensino que sabem poder encontrar aqui a informação prática e experimental das realidades pedagógicas que ministram.

Pesquisa:

Na base da estratégia de espaços de memória, e na perspectiva de que a função de pesquisa quer de modo próprio, quer em parceria com

universidades ou instituições de caráter científico, faz parte das preocupações da gestão do museu, tem que estar o desenvolvimento de iniciativas de caráter científico que aumentem a informação disponível, fundamental para a construção das bases informativas a disponibilizar aos mais diversos públicos. Essa construção de conteúdos passa, por um lado, pelo estudo das coleções da Casa da Memória, assim como de todo o legado que vai integrando o seu fundo, mas acima de tudo, na construção de documentação de apoio às exposições, às iniciativas e eventos que o Casa da Memória organizará.

Sendo a pesquisa um dos pilares do trabalho museológico, pois só com um bom conhecimento do seu objeto de estudo é possível proceder corretamente à sua conservação, documentação, exposição e divulgação, a Casa da Memória de Nonoai deverá definir as linhas de pesquisa a serem trabalhadas na instituição, bem como propor cursos, conferencias, palestras sobre as linhas de pesquisas. E buscar a publicação das pesquisas quando de interesse da instituição.

Segurança:

A questão da segurança tem crescido em importância quando se pensa na gestão dos museus. Segundo a publicação *Cadernos Museológicos: Segurança em Museus do IBRAM*: “Garantir a segurança física do acervo museológico significa protegê-lo, de uma série de ações que podem ter origem no próprio homem, assim como na natureza, as quais podem ser acidentais ou incidentais”. A segurança da Casa da Memória de Nonoai deve levar em conta as características da instituição, seu público e funcionamento. Como:

- Utilizar guarda-pó, máscara, luvas e touca descartável, sempre que manusear os acervos.
- Formação e treino regular do pessoal da instituição na utilização de extintores e dos outros meios de combate ao fogo, atribuindo a cada um uma missão específica em caso de incêndio;

- Estabelecer controle de entrada e saída de funcionários, visitantes e pesquisadores, com identificação dos mesmos;
- Instalar sistema de sensores de alarme e câmeras de monitoramento internas e externas.
- Controlar por meio de um inventário e de sua inspeção direta, uma indicação imediata da ausência de um objeto e informação descritiva para recuperá-lo em caso de roubo;
- Garantir a limpeza regular dos locais com especial atenção aos espaços menos utilizados, tais como porão, sótão, vãos de escada, etc.;
- Verificar periodicamente as instalações elétricas e os sistemas de aquecimento existentes, por mais sofisticados que sejam;
- Sempre que possível instalar um sistema de detecção automática de incêndio; nos casos em que não seja possível instalar um sistema automático de detecção, definir com os Bombeiros as medidas mínimas, incluindo a instalação de extintores e de outros meios de combate a incêndio;
- Fazer o controle de vencimento e substituição dos extintores de incêndio.

Financiamento e fomento:

Entende-se aqui, que o papel educativo e formativo que entre outras funções o museu deve assumir, poderá ser uma fórmula sustentável de financiar o funcionamento da instituição. Da mesma forma que o museu deverá desenvolver na sua função lúdica, e o desejo para associar a pesquisa científica e técnica à prestação de serviços, à mostra e venda de resultados que advêm dessas atividades, permitindo defender a fundamentação de que o museu pode e deve procurar uma gestão que tenha uma preocupação para diversificar as fontes de financiamento, com uma política de receitas efetivas, proveniente dos seguintes meios: recursos da União/Ministério da Cultura e do Estado, através de convênios assinados; doações da Associação de Amigos;

captação de recursos de leis de incentivo a cultura, através da elaboração de projetos; recursos de editais voltados para área de museus; loja do Museu; publicações de livros, periódicos, CD's e DVD's do próprio museu, que poderão ser comercializados, revertendo-se em receita para a instituição; cobrança de ingressos para entrada do museu (preços acessíveis, bem como deve ser eleger um dia da semana para que o público possa de forma gratuita visitar o museu).

Difusão e divulgação:

Quando refere-se a difusão e divulgação do museu, evidencia-se as estratégias de criação de uma imagem positiva da Casa da Memória de Nonoai, através de canais confiáveis de comunicação e informação, desenvolvendo credibilidade e respeito dos públicos. A comunicação externa é aquela que nesta fase mais importa desenvolver e, em particular, visa despertar a confiança e fidelidade dos segmentos de mercado, através da inovação, da atualização de dados e informações e através da sensibilização para novos valores e paradigmas da sociedade.

Aqui está indiscutivelmente implícita, a necessidade de uma aposta clara na qualidade. No design, na apresentação dos catálogos ou nos simples materiais de apoio para oferta. Neste sentido, a Casa da Memória deve desenvolver uma programação de atividades com uma dimensão cultural e pedagógica, de forma a satisfazer as necessidades de todos que o visitam, mas também a encontrar canais de difusão de modo a que o seu trabalho, atividades e conteúdos possam ser divulgados a um vasto número de pessoas, que sejam ou possam vir a ser público do museu.

Neste contexto, o conhecimento que cada museu tem do seu público, real ou potencial, é uma necessidade. As ações de divulgação da Casa da Memória de São Carlos deverão utilizar de meios como: site, facebook, twitter e blog de uma forma clara e efetiva, a gestão do museu, deve aprofundar uma política de marketing e relações públicas, de forma a procurar programas de

intercâmbio entre museus e outras instituições, desenvolver uma imagem de qualidade, comunicação responsável e competência associada à instituição.

REGIMENTO INTERNO DA CASA DA MEMÓRIA DE NONOAI

Da Administração e Fins

Art. 1º – A Casa da Memória de Nonoai, criada pela Lei Municipal nº de constitui órgão diretamente subordinado a Secretaria de, tem sede e foro jurídico na cidade de Nonoai e as características de Departamento Autônomo, nos termos deste Regimento.

Art. 2º - A Casa da Memória de Nonoai assiste a seguinte amplitude autônoma:

I - Autonomia administrativa, sem prejuízo da subordinação direta a Secretaria de

II- Autonomia financeira, que consistirá na aplicação de verbas orçamentárias municipais, estaduais, federais e de outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º - A Administração da Casa da Memória de Nonoai caberá a um Diretor de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal.

Parágrafo 1º - Preferencialmente o cargo de Diretor deverá ser preenchido por pessoa com formação superior em Museologia ou em áreas afins, como História ou outras áreas de Ciências Humanas.

Parágrafo 2º - O Diretor será assessorado por um corpo de auxiliares capazes de prestar assistência técnica e atender aos serviços burocráticos.

Art. 4º - A Casa da Memória de Nonoai terá como objetivo a preservação da memória dos municípios atingidos pela UHE, através do seu imaterial e neste sentido tem como finalidades:

I – proporcionar à população o conhecimento da história dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó no Rio Grande do Sul;

II – pesquisar, recolher, classificar, conservar, preservar e expor objetos, documentos, obras de artes que representem o patrimônio cultural do município de Nonoai e dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó;

III – estabelecer um padrão museológico e museográfico baseado em normas técnicas adequadas dentro da realidade que se apresenta;

IV – desenvolver e incentivar a realização de programas e atividades culturais, com sentido pedagógico junto à toda a comunidade regional;

V – promover, supervisionar e/ou participar de elaboração e desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades relacionadas ao Município e a região;

VI – realizar intercâmbio de informações, inclusive educacionais e científicas, no âmbito nacional e internacional;

VII – Promover a divulgação de pesquisas através de publicações e outros meios de comunicação;

VIII - Promover conferências e cursos.

IX - Manter seu acervo à disposição de pesquisadores credenciados.

Da organização e Atribuições

Art. 5º - Fazem parte do organograma da Casa da Memória de Nonoai os seguintes setores:

I – Setor Administrativo que compreende:

- a) secretaria;
- b) comunicação;
- c) apoio operacional.

II – Setor de Museologia que compreende:

- a) comunicação museológica;
- b) comunicação museográfica;
- c) monitoria;
- d) conservação e restauro de acervo;
- e) curadoria;

III – Setor de educação, que compreende:

- a) educação patrimonial;
- b) apoio à formação de pessoal;
- c) elaboração de textos técnicos.

IV – Setor de Pesquisa e Documentação, que compreende:

- a) pesquisa histórica;
- b) indexação de documentação;
- c) elaboração de textos técnicos.

Art. 6º - A Casa da Memória de Nonoai terá como órgão colegiado e orientador de política de acervo, uma Comissão de Acervo – CA, constituída da seguinte forma:

- I – um representante do setor de educação do museu;
- II – um representante do setor de museologia do museu;
- III – um representante do Conselho Municipal de Cultura;
- IV – um Historiador da comunidade.

Art. 7º - Compete ao Diretor:

- I – a administração da Casa da Memória de Nonoai, zelando pelo desempenho das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos em conformidade com as normas estabelecidas pelo presente regulamento;
- II – supervisionar as atividades administrativas, museológicas, museográficas, educacionais e de pesquisa histórica;
- III – divulgar as atividades da Casa da Memória de Nonoai;
- V – exercer atribuições e a autoridade que lhe forem delegadas.

Art. 8º - Compete ao pessoal técnico, administrativo e de apoio, a execução das atividades de acordo com o cargo em que estiver investido e em

conformidade com as finalidades da Casa da Memória de Nonoai e legislação vigente.

Art. 9º - Ao Setor Administrativo compete:

I – coordenar e executar os serviços administrativos e financeiros relativos às atividades, ao patrimônio institucional e aos recursos humanos;

II – organizar e manter a documentação administrativa;

III – encaminhar material de divulgação à imprensa;

IV – coordenar os serviços de zeladoria, jardinagem e segurança;

V – coordenar o funcionamento dos espaços destinados ao museu;

VI – providenciar aquisições de equipamentos, material de expediente administrativo e técnico, livros, periódicos;

VII – elaborar relatório anual do setor e do museu sempre que for necessário;

VIII – assessorar a direção e setores em todas as suas atribuições;

X – organizar e secretariar as reuniões da Casa de Memória e da Comissão de Acervo.

Art. 10º - Ao Setor de Museologia compete:

I – preservar e conservar o acervo museológico;

II – organizar a documentação primária e analítica do acervo mantendo o banco de dados atualizado;

III – coletar e receber objetos e encaminhá-los à Comissão de Acervo;

IV – coordenar e/ou executar a curadoria das exposições;

V – emitir laudos, avaliações, perícias, pareceres técnico-científicos nos processos submetidos à apreciação do setor;

- VI – elaborar relatório anual do setor sempre que for solicitado;
- VII – coordenar estágios e treinamento de funcionários;
- VIII – elaborar, executar e coordenar projetos museológicos temporários ou de longa duração na sede da Casa da Memória de Nonoai ou para itinerância;
- IX – organizar e manter documentação museológica dos acervos e das coleções de referencia e didáticas;
- XI – promover a conservação e acondicionamento dos acervos;
- XII – coordenar processos de comodato de exposições, coleções didáticas e objetos dos acervos;
- XIII – emitir parecer ou proferir despacho nos processos submetidos ao Setor;
- XIV – participar da Comissão do Acervo;
- XV – inventariar anualmente o acervo.

Art. 11º - Ao Setor de Exposição compete:

- I – instalar as exposições temporárias e longa duração de conformidade metodologia específica;
- II – elaborar relatório anual do setor e sempre que for necessário;
- III – providenciar material necessário à confecção de expositores
- IV – coordenar estágios e treinamento de funcionários;
- V – elaborar, coordenar e/ou executar projetos expositivos.

Art. 12º - Ao Setor de Educação compete:

- I – elaborar, coordenar e/ou executar projetos educativos na sede da instituição ou fora dela;
- II – propor, elaborar, coordenar e/ou executar planos , programas, projetos, cursos, conferências, sobre educação patrimonial;
- III – coordenar e auxiliar no treinamento de funcionários;
- IV – elaborar relatório anual do Setor e sempre que for solicitado;
- V – participar de toda e qualquer pesquisa organizada pela instituição.

Art. 13º - À Comissão de Acervo, compete:

- I – deliberar sobre a política de acervo da Casa da Memória de Nonoai;
- II – analisar a aquisição de objetos isolados e acervos, deliberando sobre coleta, doações, legado, depósito permanente;
- III – analisar e deliberar sobre descarte, baixa, transferência e empréstimos de acervo;
- IV – analisar e deliberar sobre empréstimos de peças, parte de acervo e/ou exposições completas;
- V – analisar e deliberar sobre restaurações de acervo.

Art. 14º - Ao Setor de Pesquisa e Documentação, compete:

- I – propor, elaborar, coordenar e/ou executar planos, programas, projetos, cursos e conferências;
- II – deliberar em conjunto com outros setores sobre a política de acervo da Casa da Memória de Nonoai;

III – analisar e deliberar sobre descarte, baixa, transferência de documentos referentes ao acervo da Casa da Memória de Nonoai;

IV – elaborar relatório anual do Setor e sempre que for solicitado;

V - coletar ou receber documentos históricos e iconográficos relativos ao patrimônio histórico, artístico e natural dos municípios atingidos pela UHE e encaminhá-los à Comissão de Acervo;

VI – participar da Comissão de Acervo;

VII – emitir parecer ou proferir despacho nos processos submetidos ao Setor;

VIII – participar de eventos dentro das áreas afins.

Do Regime Financeiro

Art. 15º - Os recursos financeiros da Casa da Memória de Nonoai serão os provenientes de:

I - Dotações que a qualquer título lhe forem atribuído pelo município, Estado e União.

II - Dotações, que a este título, receber de pessoas físicas ou jurídicas.

III - Rendas eventuais.

Art. 16º - O Orçamento Geral do Município consignará uma dotação anual destinada à manutenção da Casa da Memória de Nonoai e do desenvolvimento das suas atividades.

Art. 17º - A movimentação da aplicação dos recursos financeiros é de competência do Diretor da Casa da Memória de Nonoai.

Art. 18º - Os recursos, bens e direitos da Casa da Memória de Nonoai serão empregados exclusivamente, na consecução de suas finalidades.

Das disposições Gerais

Art. 19º - A Casa da Memória de Nonoai permanecerá aberta à visitação pública, nos seguintes dias e horários: de terça a sexta-feira, das 8h30 as 12h – 13h30 as 18h/Sábados e domingos, das 14h as 18h, exceto feriados.

Art. 20º - A Casa da Memória de Nonoai deverá manter um livro de registro dos visitantes.

Art. 21º - A Casa da Memória de Nonoai é isento de tributos municipais.

Art. 22º - Fica vetado o uso do acervo fora da instituição, em situações que não condizem com as normas museológicas e museográficas e, que provoquem riscos ao mesmo. Ou seja: em espaços inadequados que possibilitam a ação de intempéries e vandalismo.

I – O empréstimo de acervo só será permitida e concedida às entidades que demonstrem o real interesse em divulgar o Patrimônio Cultural dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó.

II - Caberá ao requerente protocolar junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal o pedido de empréstimo acompanhado de uma proposta de exposição.

III – Na proposta deverá constar informações detalhadas sobre os objetivos da exposição e os cuidados com o acervo emprestado.

IV - O empréstimo só ocorrerá após avaliação do requerimento e proposta específica por parte da Coordenação da Casa da Memória de Nonoai e da Comissão de Acervos.

Art. 23º - A Casa da Memória de Nonoai funcionará em estreita colaboração com as demais Unidades Culturais e manterá relações de cooperação com instituições afins, do país, do exterior, visando ao desenvolvimento das atividades administrativas e técnico-culturais.

Art. 24º - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pela Secretaria de Nonoai e pela Comissão de Acervo.



Viés
Cultural
Museologia e Patrimônio

PLANO DE AÇÃO

CASA DA MEMÓRIA DE SÃO CARLOS

2012 - 2014

APRESENTAÇÃO:

A Casa da Memória de São Carlos é resultado da responsabilidade sócio-cultural assumida pela UHE Foz do Chapecó com os municípios que sofreram algum impacto com a construção da usina. A preservação da memória e da história se dá através de locais como este, a Casa da Memória de São Carlos será um espaço de salvaguarda, pesquisa, comunicação, tendo como foco os processos educativos e principalmente um espaço que gere reflexão sobre os municípios influenciados pela usina, desde o surgimento dos mesmos até os dias atuais.

A Casa da Memória de São Carlos será uma instituição de caráter público, diretamente ligada a Secretaria de Educação de São Carlos e terá sua sede no antigo Colégio Santo Antônio, construído em 1938, prédio este de fundamental importância no processo de consolidação educacional do município.

O presente documento trata do Plano de Ação da Casa da Memória de São Carlos para o período de 2012 a 2014. Esse plano foi elaborado na perspectiva de contemplar objetivos, metas e resultados, além de suscitar novos modos de concepção, estruturação, organização, articulação e execução das ações para a Casa da Memória.

Vale lembrar aqui, que este plano de ações, vem *a priori*, pontuar ações que devem de imediato serem tomadas para a correta implantação da Casa da Memória de São Carlos, mas que, é indispensável a elaboração do Plano Museológico para esta instituição, conforme sugere a Lei nº 11.904 do Estatuto, do artigo nº 44 ao 47.

MISSÃO:

Pesquisar, recolher, classificar e conservar acervos imateriais dos diversos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó no Estado de Santa Catarina, assegurando o acesso democrático a casa da memória e a visitação livre aos bens museais em exposição, promovido através de políticas claras e coerentes e de ações educativas ao público visitante.

OBJETIVOS:

- Proporcionar ao público o acesso à pesquisa;
- Afirmar-se como um espaço expositivo interpretativo e interativo que estimule o pensamento crítico e o entendimento dos hábitos e costumes locais.
- Interagir em permanência com a comunidade local e regional com vista ao fomento da troca de conhecimentos.
- Realizar exposições temporárias sobre temas relacionadas diversos, que dinamizem o espaço da Casa da Memória;

AÇÕES:

Institucional:

Acredita-se nas seguintes linhas de atuação para a Casa da Memória: criação jurídica da Casa da Memória de São Carlos através de documentos que comprovem a efetivação do mesmo; criação de um logotipo para a Casa da Memória; elaboração da política de aquisição e descarte de acervos; criação de uma Associação de Amigos da Casa da Memória, que se destine a promover o desenvolvimento e aprimoramento das atividades da Casa da Memória, bem como contribuir nas áreas de pesquisa, publicações, curadoria e atendimento ao público, através da extensão de ações junto à população; inclusão da Casa da Memória em redes e sistema como: ICOM - Conselho

Internacional de Museus, Sistema Nacional de Museus e Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina; estabelecimento de redes com outros museus municipais, estaduais ou temática semelhante, a fim de criar um fortalecimento das instituições museológicas e promover trocas e diálogos entre os museus e centros de memória; definição dos horários e funcionamento da Casa da Memória, sendo necessário perspectivar o funcionamento do museu ao horário do cidadão comum. A abertura ao fim da tarde, as visitas à noite, assim como a adaptabilidade das visitas marcadas aos horários propostos pelo visitante é fundamental para oferecer um espaço que se quer ao serviço da comunidade. Sugere-se aqui seguir a padronização dos museus no mundo sendo o museu aberto de terça-feira a domingo, fechando nas segundas-feiras para manutenção e limpeza.

Gestão de pessoas:

A criação de equipes técnicas no âmbito da instituição é quase sempre o melhor de todos os caminhos. Acima de tudo, se conseguem adquirir dinâmicas, estabelecer motivações e definir competências que oferecem à instituição e à comunidade maiores resultados, não apenas do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista pessoal e humano. No entanto, nesta fase deve-se apostar no estabelecimento de parcerias com instituições especializadas, programa de voluntariado ou na contratação de serviços específicos para a concretização dos objetivos técnicos, culturais e científicos que se pretendem atingir.

O desenvolvimento inicial das atividades da Casa da Memória de São Carlos deverá estar apoiada em um quadro profissional imediato com o seguinte perfil:

- 1 responsável pela administração da Casa de Memória - exigência: nível universitário e dinamismo. De preferência com visão para a área cultural ou disposto a se inteirar com os trâmites desta área, (indicamos alguém

da área de história, para acumulo de funções neste primeiro momento da Casa).

- 1 pedagoga(o) que ficará responsável pelas ações educativas a serem desenvolvidas pela Casa de Memória.
- 1 Serviços gerais, para proceder a limpeza dos ambientes

Lembramos que para explorar a totalidade da Casa de Memória, de forma dinâmica e sustentável, previmos o seguinte quadro profissional:

- 1 Museólogo (ou ter a assessoria de um profissional ou empresa especializada);
- 2 Historiador;
- 1 Administrativo;
- 2 Pedagoga;
- 2 Monitora;
- 1 Servente;
- 1 Segurança

Essa equipe deverá atuar de forma que cada setor possa ter seu desenvolvimento vinculado às experiências de outros setores e realizar reuniões mensalmente para avaliação das atividades e ações.

Acervos:

A Casa da Memória de São Carlos é um espaço que deve abrigar acervos imateriais de todos os municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó, o que de forma abrangente, permite o acolhimento de diversificados tipos de memórias.

Contudo, demandam cuidados referentes às suas exposições de longa e curta duração, é necessário que tenham memórias que contemplem seus espaços expositivos e alimentem a pesquisa museológica. As ações apresentadas aqui integrem a sociedade com o museu, bem como a construção de uma sólida política de acervos imateriais, que demonstre a

possibilidade dessa instituição ter a sua missão como norteadora dessa política, associado às demandas institucionais diárias que a Casa da Memória possivelmente terá na sua trajetória histórica e social no espaço onde está instalado.

A sistemática de coleta de acervos para a Casa da Memória de São Carlos se dará através de doação, cessão, empréstimo ou comodato de acervos imateriais e materiais, e definidos pela Comissão de Acervos da Casa da Memória.

A Comissão de Acervos é um mecanismo de avaliação de objetos que abre para a sociedade a discussão daquilo que será inserido como memória nos museus, é de suma importância que essa comissão se reúna bimensalmente para planejamento e monitoramento dos acervos imateriais a serem anexados na coleção permanente da Casa de Memória. Será composta por 09 membros, sendo: (rever número ou descrever os demais).

Direção	Administração do Museu
Museólogo	Parte Técnica do Acervo
Historiador	Pesquisa
Associação de Amigos	Sociedade Civil
Pedagogo	Secretaria de Educação

Em paralelo a Casa da Memória junto com o museólogo responsável deve definir a forma de catalogação do acervo a ser adotada, e o software em formato digital, que abrigará todas as informações referentes ao acervo.

É necessário também ter um controle das condições ambientais, níveis de iluminação adequados, determinado tipo de infestações, poluição e poeiras acumuladas nos suportes dos acervos imateriais, que podem contribuir para a deterioração ou mesmo causar danos ou perdas irreparáveis.

Exposições:

As exposições assumem a centralidade no conjunto de todas as funções museológicas, principalmente as que adotam um caráter de longa duração. Para além de ser a face visível da instituição - pois através delas, a instituição museológica comunica com o exterior, dando a conhecer os seus valores e a sua vocação - representam o seu principal motor de dinamização, ao promover o desenvolvimento de atividades e ao criar necessidades de investigação, incorporação e comunicação. As ações voltadas para a área de exposições da Casa da Memória de São Carlos deve estabelecer uma relação entre acervo, edifício e visitantes.

Não menos importantes, as exposições temporárias apresentam uma grande diversidade de propostas num período de tempo relativamente curto. Além disto, permitem que o museu faça publicidade, o que além de ser uma forma de comunicar com o seu público mais assíduo, é igualmente uma forma de despertar o interesse de novos públicos, levando ao aumento do número de visitantes. As exposições temporárias (curta duração) e itinerantes (extra-muros) devem ser elaboradas anualmente através de um cronograma pela direção da Casa da Memória e demais setores do museu, podendo também ter a participação da comunidade.

Educativo e cultural:

As atividades museológicas de cunho educativo decorrem em diversas ações que visam implantar modelos adequados quanto a transformar o museu como espaço difusor de conhecimento.

Traduz-se também em uma nova possibilidade de intervenção cultural, ou seja, como um instrumento capaz de orientar práticas educativas que possibilitam aprendizados interdisciplinares.

A Casa de Memória de São Carlos, ao propor tais ações, embasadas na metodologia da Educação Patrimonial, possibilita que discussões relativas ao patrimônio e a memória social adentrem os espaços escolares e o território comunitário numa espécie de atividade extramuros. Desta forma, pretende-se

ampliar as funções e usos do museu, concretizando a atuação dessas unidades como espaço público e de reflexão sobre a memória coletiva e a formação social da cultura, a partir dos objetos presentes em seu acervo e de suas ações educativas. A Casa de Memória, através do programa educativo, deverá: definir linha pedagógica, para orientar todas as ações voltadas para área educacional no museu; desenvolver atividades de cunho educativo para serem aplicados a públicos diferenciados (Idosos, Escolas, e Deficientes Visuais); propiciar formação elementar nas áreas de Educação, Museologia, Patrimônio Cultural e Memória Social através de debate reflexivo (fóruns, seminários, encontros, palestras); capacitar os professores da rede pública e privada de ensino embasado na metodologia da educação patrimonial; elaborar pesquisa de público na Casa de Memória.

A exploração dos vários temas que cada núcleo museológico oferece e a organização em função dos conteúdos pedagógicos que se pretendem desenvolver, em particular em visitas de grupo, abre um conjunto de potencialidades de extraordinária dimensão ao nível da oferta do “saber” e, naturalmente, no fidelizar de públicos de instituições de ensino que sabem poder encontrar aqui a informação prática e experimental das realidades pedagógicas que ministram.

Pesquisa:

Na base da estratégia de espaços de memória, e na perspectiva de que a função de pesquisa quer de modo próprio, quer em parceria com universidades ou instituições de caráter científico, faz parte das preocupações da gestão do museu, tem que estar o desenvolvimento de iniciativas de caráter científico que aumentem a informação disponível, fundamental para a construção das bases informativas a disponibilizar aos mais diversos públicos. Essa construção de conteúdos passa, por um lado, pelo estudo das coleções da Casa da Memória, assim como de todo o legado que vai integrando o seu fundo, mas acima de tudo, na construção de documentação de apoio às exposições, às iniciativas e eventos que o Casa da Memória organizará.

Sendo a pesquisa um dos pilares do trabalho museológico, pois só com um bom conhecimento do seu objeto de estudo é possível proceder corretamente à sua conservação, documentação, exposição e divulgação, a Casa da Memória de São Carlos deverá definir as linhas de pesquisa a serem trabalhadas na instituição, bem como propor cursos, conferências, palestras sobre as linhas de pesquisas. E buscar a publicação das pesquisas quando de interesse da instituição.

Segurança:

A questão da segurança tem crescido em importância quando se pensa na gestão dos museus. Segundo a publicação *Cadernos Museológicos: Segurança em Museus do IBRAM*: “Garantir a segurança física do acervo museológico significa protegê-lo, de uma série de ações que podem ter origem no próprio homem, assim como na natureza, as quais podem ser acidentais ou incidentais”. A segurança da Casa da Memória de São Carlos deve levar em conta as características da instituição, seu público e funcionamento. Como:

- Utilizar guarda-pó, máscara, luvas e touca descartável, sempre que manusear os acervos.
- Formação e treino regular do pessoal da instituição na utilização de extintores e dos outros meios de combate ao fogo, atribuindo a cada um uma missão específica em caso de incêndio;
- Estabelecer controle de entrada e saída de funcionários, visitantes e pesquisadores, com identificação dos mesmos;
- Instalar sistema de sensores de alarme e câmeras de monitoramento internas e externas.
- Controlar por meio de um inventário e de sua inspeção direta, uma indicação imediata da ausência de um objeto e informação descritiva para recuperá-lo em caso de roubo;
- Garantir a limpeza regular dos locais com especial atenção aos espaços menos utilizados, tais como porão, sótão, vãos de escada, etc.;

- Verificar periodicamente as instalações elétricas e os sistemas de aquecimento existentes, por mais sofisticados que sejam;
- Sempre que possível instalar um sistema de detecção automática de incêndio; nos casos em que não seja possível instalar um sistema automático de detecção, definir com os Bombeiros as medidas mínimas, incluindo a instalação de extintores e de outros meios de combate a incêndio;
- Fazer o controle de vencimento e substituição dos extintores de incêndio.

Financiamento e fomento:

Entende-se aqui, que o papel educativo e formativo que entre outras funções o museu deve assumir, poderá ser uma fórmula sustentável de financiar o funcionamento da instituição. Da mesma forma que o museu deverá desenvolver na sua função lúdica, e o desejo para associar a pesquisa científica e técnica à prestação de serviços, à mostra e venda de resultados que advêm dessas atividades, permitindo defender a fundamentação de que o museu pode e deve procurar uma gestão que tenha uma preocupação para diversificar as fontes de financiamento, com uma política de receitas efetivas, proveniente dos seguintes meios: recursos da União/Ministério da Cultura e do Estado, através de convênios assinados; doações da Associação de Amigos; captação de recursos de leis de incentivo a cultura, através da elaboração de projetos; recursos de editais voltados para área de museus; loja do Museu; publicações de livros, periódicos, CD's e DVD's do próprio museu, que poderão ser comercializados, revertendo-se em receita para a instituição; cobrança de ingressos para entrada do museu (preços acessíveis, bem como deve ser eleger um dia da semana para que o público possa de forma gratuita visitar o museu).

Difusão e divulgação:

Quando refere-se a difusão e divulgação do museu, evidencia-se as estratégias de criação de uma imagem positiva da Casa da Memória de São Carlos, através de canais confiáveis de comunicação e informação, desenvolvendo credibilidade e respeito dos públicos. A comunicação externa é aquela que nesta fase mais importa desenvolver e, em particular, visa despertar a confiança e fidelidade dos segmentos de mercado, através da inovação, da atualização de dados e informações e através da sensibilização para novos valores e paradigmas da sociedade.

Aqui está indiscutivelmente implícita, a necessidade de uma aposta clara na qualidade. No design, na apresentação dos catálogos ou nos simples materiais de apoio para oferta. Neste sentido, a Casa da Memória deve desenvolver uma programação de atividades com uma dimensão cultural e pedagógica, de forma a satisfazer as necessidades de todos que o visitam, mas também a encontrar canais de difusão de modo a que o seu trabalho, atividades e conteúdos possam ser divulgados a um vasto número de pessoas, que sejam ou possam vir a ser público do museu.

Neste contexto, o conhecimento que cada museu tem do seu público, real ou potencial, é uma necessidade. As ações de divulgação da Casa da Memória de São Carlos deverão utilizar de meios como: site, facebook, twitter e blog de uma forma clara e efetiva, a gestão do museu, deve aprofundar uma política de marketing e relações públicas, de forma a procurar programas de intercâmbio entre museus e outras instituições, desenvolver uma imagem de qualidade, comunicação responsável e competência associada à instituição.

REGIMENTO INTERNO DA CASA DA MEMÓRIA DE SÃO CARLOS

Da Administração e Fins

Art. 1º – A Casa da Memória de São Carlos, criada pela Lei Municipal nº de constitui órgão diretamente subordinado a Secretaria de, tem sede e foro jurídico na cidade de São Carlos e as características de Departamento Autônomo, nos termos deste Regimento.

Art. 2º - A Casa da Memória de São Carlos assiste a seguinte amplitude autônoma:

I - Autonomia administrativa, sem prejuízo da subordinação direta a Secretaria de

II- Autonomia financeira, que consistirá na aplicação de verbas orçamentárias municipais, estaduais, federais e de outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 3º - A Administração da Casa da Memória de São Carlos caberá a um Diretor de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal.

Parágrafo 1º - Preferencialmente o cargo de Diretor deverá ser preenchido por pessoa com formação superior em Museologia ou em áreas afins, como História ou outras áreas de Ciências Humanas.

Parágrafo 2º - O Diretor será assessorado por um corpo de auxiliares capazes de prestar assistência técnica e atender aos serviços burocráticos.

Art. 4º - A Casa da Memória de São Carlos terá como objetivo a preservação da memória dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó, através do seu patrimônio material e imaterial e neste sentido tem como finalidades:

I – proporcionar à população o conhecimento da história dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó na região oeste de Santa Catarina;

II – pesquisar, recolher, classificar, conservar, preservar e expor objetos, documentos, obras de artes que representem o patrimônio cultural dos municípios influenciados pela UHE Foz do Chapecó na região oeste de Santa Catarina;

III – estabelecer um padrão museológico e museográfico baseado em normas técnicas adequadas dentro da realidade que se apresenta;

IV – desenvolver e incentivar a realização de programas e atividades culturais, com sentido pedagógico junto à toda a comunidade regional;

V – promover, supervisionar e/ou participar de elaboração e desenvolvimento de planos, programas, projetos e atividades relacionadas ao Município e a região;

VI – realizar intercâmbio de informações, inclusive educacionais e científicas, no âmbito nacional e internacional;

VII – Promover a divulgação de pesquisas através de publicações e outros meios de comunicação;

VIII - Promover conferências e cursos.

IX - Manter seu acervo à disposição de pesquisadores credenciados.

Da organização e Atribuições

Art. 5º - Fazem parte do organograma da Casa da Memória de São Carlos os seguintes setores:

I – Setor Administrativo que compreende:

- a) secretaria;
- b) comunicação;
- c) apoio operacional.

II – Setor de Museologia que compreende:

- a) comunicação museológica;
- b) comunicação museográfica;
- c) monitoria;
- d) conservação e restauro de acervo;
- e) curadoria;

III – Setor de educação, que compreende:

- a) educação patrimonial;
- b) apoio à formação de pessoal;
- c) elaboração de textos técnicos.

IV – Setor de Pesquisa e Documentação, que compreende:

- a) pesquisa histórica;
- b) indexação de documentação;
- c) elaboração de textos técnicos.

Art. 6º - A Casa da Memória de São Carlos terá como órgão colegiado e orientador de política de acervo, uma Comissão de Acervo – CA, constituída da seguinte forma:

- I – um representante do setor de educação do museu;
- II – um representante do setor de museologia do museu;
- III – um representante do Conselho Municipal de Cultura
- IV – um Historiador da comunidade.

Art. 7º - Compete ao Diretor:

- I – a administração da Casa da Memória de São Carlos, zelando pelo desempenho das atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos em conformidade com as normas estabelecidas pelo presente regulamento;
- II – supervisionar as atividades administrativas, museológicas, museográficas, educacionais e de pesquisa histórica;
- III – divulgar as atividades da Casa da Memória de São Carlos;
- V – exercer atribuições e a autoridade que lhe forem delegadas.

Art. 8º - Compete ao pessoal técnico, administrativo e de apoio, a execução das atividades de acordo com o cargo em que estiver investido e em conformidade com as finalidades da Casa da Memória de São Carlos e legislação vigente.

Art. 9º - Ao Setor Administrativo compete:

- I – coordenar e executar os serviços administrativos e financeiros relativos às atividades, ao patrimônio institucional e aos recursos humanos;
- II – organizar e manter a documentação administrativa;
- III – Encaminhar material de divulgação à imprensa;
- IV– Coordenar os serviços de zeladoria, jardinagem e segurança;
- V – coordenar o funcionamento dos espaços destinados ao museu;
- VI – providenciar aquisições de equipamentos, material de expediente administrativo e técnico, livros, periódicos;
- VII – elaborar relatório anual do setor e do museu sempre que for necessário;
- VIII – assessorar a direção e setores em todas as suas atribuições;
- X – organizar e secretariar as reuniões da Casa de Memória e da Comissão de Acervo.

Art. 10º - Ao Setor de Museologia compete:

- I – preservar e conservar o acervo museológico;
- II – organizar a documentação primária e analítica do acervo mantendo o banco de dados atualizado;
- III – coletar e receber objetos e encaminhá-los à Comissão de Acervo;
- IV – coordenar e/ou executar a curadoria das exposições;
- V – emitir laudos, avaliações, perícias, pareceres técnico-científicos nos processos submetidos à apreciação do setor;
- VI – elaborar relatório anual do setor sempre que for solicitado;

- VII – coordenar estágios e treinamento de funcionários;
- VIII – elaborar, executar e coordenar projetos museológicos temporários ou de longa duração na sede da Casa da Memória de São Carlos ou para itinerância;
- IX – organizar e manter documentação museológica dos acervos e das coleções de referencia e didáticas;
- XI – promover a conservação e acondicionamento dos acervos;
- XII – coordenar processos de comodato de exposições, coleções didáticas e objetos dos acervos;
- XIII – emitir parecer ou proferir despacho nos processos submetidos ao Setor;
- XIV – participar da Comissão do Acervo;
- XV – inventariar anualmente o acervo.

Art. 11º - Ao Setor de Exposição compete:

- I – instalar as exposições temporárias e longa duração de conformidade metodologia específica;
- II – elaborar relatório anual do setor e sempre que for necessário;
- III – providenciar material necessário à confecção de expositores
- IV – coordenar estágios e treinamento de funcionários;
- V – elaborar, coordenar e/ou executar projetos expositivos.

Art. 12º - Ao Setor de Educação compete:

- I – elaborar, coordenar e/ou executar projetos educativos na sede da instituição ou fora dela;

II – propor, elaborar, coordenar e/ou executar planos , programas, projetos, cursos, conferências, sobre educação patrimonial;

III – coordenar e auxiliar no treinamento de funcionários;

IV – elaborar relatório anual do Setor e sempre que for solicitado;

V – participar de toda e qualquer pesquisa organizada pela instituição.

Art. 13º - À Comissão de Acervo, compete:

I – deliberar sobre a política de acervo da Casa da Memória de São Carlos;

II – analisar a aquisição de objetos isolados e acervos, deliberando sobre coleta, doações, legado, depósito permanente;

III – analisar e deliberar sobre descarte, baixa, transferência e empréstimos de acervo;

IV – analisar e deliberar sobre empréstimos de peças, parte de acervo e/ou exposições completas;

V – analisar e deliberar sobre restaurações de acervo.

Art. 14º - Ao Setor de Pesquisa e Documentação, compete:

I – propor, elaborar, coordenar e/ou executar planos, programas, projetos, cursos e conferências;

II – deliberar em conjunto com outros setores sobre a política de acervo da Casa da Memória de São Carlos;

III – analisar e deliberar sobre descarte, baixa, transferência de documentos referentes ao acervo da Casa da Memória de São Carlos;

IV – elaborar relatório anual do Setor e sempre que for solicitado;

V - coletar ou receber documentos históricos e iconográficos relativos ao patrimônio histórico, artístico e natural dos municípios atingidos pela UHE e encaminhá-los à Comissão de Acervo;

VI – participar da Comissão de Acervo;

VII – emitir parecer ou proferir despacho nos processos submetidos ao Setor;

VIII – participar de eventos dentro das áreas afins.

Do Regime Financeiro

Art. 15º - Os recursos financeiros da Casa da Memória de São Carlos serão os provenientes de:

I - Dotações que a qualquer título lhe forem atribuído pelo município, Estado e União.

II - Dotações, que a este título, receber de pessoas físicas ou jurídicas.

III - Rendas eventuais.

Art. 16º - O Orçamento Geral do Município consignará uma dotação anual destinada à manutenção da Casa da Memória de São Carlos e do desenvolvimento das suas atividades.

Art. 17º - A movimentação da aplicação dos recursos financeiros é de competência do Diretor da Casa da Memória de São Carlos.

Art. 18º - Os recursos, bens e direitos da Casa da Memória de São Carlos serão empregados exclusivamente, na consecução de suas finalidades.

Das disposições Gerais

Art. 19º - A Casa da Memória de São Carlos permanecerá aberta à visitação pública, nos seguintes dias e horários: de terça a sexta-feira, das 8h30 as 12h – 13h30 as 18h/Sábados e domingos, das 14h as 18h, exceto feriados.

Art. 20º - A Casa da Memória de São Carlos deverá manter um livro de registro dos visitantes.

Art. 21º - A Casa da Memória de São Carlos é isento de tributos municipais.

Art. 22º - Fica vetado o uso do acervo fora da instituição, em situações que não condizem com as normas museológicas e museográficas e, que provoquem riscos ao mesmo. Ou seja: em espaços inadequados que possibilitam a ação de intempéries e vandalismo.

I – O empréstimo de peças só será permitida e concedida às entidades que demonstrem o real interesse em divulgar o Patrimônio Cultural dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó.

II - Caberá ao requerente protocolar junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal o pedido de empréstimo acompanhado de uma proposta de exposição.

III – Na proposta deverá constar informações detalhadas sobre os objetivos da exposição e os cuidados com o acervo emprestado.

IV - O empréstimo só ocorrerá após avaliação do requerimento e proposta específica por parte da Coordenação da Casa da Memória de São Carlos e da Comissão de Acervos.

Art. 23º - A Casa da Memória de São Carlos funcionará em estreita colaboração com as demais Unidades Culturais e manterá relações de cooperação com instituições afins, do país, do exterior, visando ao desenvolvimento das atividades administrativas e técnico-culturais.

Art. 24º - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pela Secretaria de São Carlos e pela Comissão de Acervo.



Viés
Cultural
Museologia e Patrimônio

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA
CASA DE MEMÓRIA DE NONOAI – RS

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA

CASA DE MEMÓRIA DE NONOAI – RS

INTRODUÇÃO

Segundo Pereira e Santos (2011, p. 8), a preservação do patrimônio cultural está, pois, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social.

A Casa da Memória de Nonai é resultado da responsabilidade sócio-cultural assumida pela UHE Foz do Chapecó com os municípios que sofreram algum impacto com a construção da usina. A preservação da memória e da história se dá através de locais como este, a Casa da Memória de Nonoai será um espaço de salvaguarda, pesquisa, comunicação, tendo como foco os processos educativos e principalmente um espaço que gere reflexão sobre os municípios influenciados pela usina no estado do Rio Grande do Sul, desde o surgimento dos mesmos até os dias atuais.

A Casa da Memória de Nonoai é uma instituição de caráter público, diretamente ligada a Secretaria de Educação de Nonoai e terá sua sede no novo prédio construído pela Foz do Chapecó, especialmente para abrigar a Casa da Memória.

Segundo Freire, o conhecimento faz sentido para o estudante quando o transforma em sujeito que pode transformar o mundo. Bom senso, humildade, tolerância, respeito, curiosidade são alguns dos princípios defendidos por essa corrente. A educação se torna uma ferramenta para "libertar" o aluno. Fundamentado pela linha pedagógica freiriana – pedagogia baseada nas ideias de Paulo Freire, voltada para a alfabetização, para os aspectos culturais, sociais e humanos do aluno e do público visitante sempre levados em conta. Esta postura implica em ouvir o aluno para ajudá-lo a construir confiança, para que ele possa entender o mundo por meio do conhecimento – o projeto de ação cultural e educativa da Casa de Memória assume-se como complementar aos programas acadêmicos dos alunos e visa ser um instrumento de trabalho,

dentro e fora da sala de aula, para explorar as temáticas de carácter local, levando os participantes a descobrirem a história da sua cidade e os processos tecnológicos oriundos das ações e impactos causados com a construção da Usina, consciencializando o público escolar para as questões da preservação e conservação do patrimônio cultural local.

JUSTIFICATIVA

Tendo o patrimônio cultural como ponto de partida para suscitar questionamentos e reflexões, estabelecemos a partir dele, conexões com o passado e com o presente no campo da história, da tecnologia, da arte, da arquitetura, da geografia, e de outras áreas do saber, evidenciadas pelo acervo exposto, e que aqui se apresenta inserido em um contexto de múltiplas linguagens.

O conceito de “Educação para o Patrimônio” proposto por Grinspum (2000, p. 27), contempla as práticas educacionais de museus de qualquer natureza e pode ser entendido como “formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar o patrimônio material e imaterial com excelência e igualdade”.

Seguindo a mesma lógica, o elo da cadeia operatória museológica capaz e responsável por responder às demandas sociais direcionadas aos museus seriam os setores ligados à comunicação e, em particular, os educativos, já que são eles os interlocutores diretos com o público frequentador e potencial, e seriam eles os responsáveis por “acessibilizar” o conhecimento produzido pelos museus para todos os tipos de público. A lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reafirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como nas manifestações culturais.

A proposta para que se promova a construção do conhecimento é ter como referência a cultura visual existente no espaço museológico, integrada à cultura viva (saberes e fazeres) existente no território (comunidade) onde a instituição esta situada; no interesse pela pesquisa e análise do contexto, por meio da história oral, levando a uma reflexão crítica e compreensão dos movimentos históricos pelo qual a sociedade em geral vem se organizando.

Dessa forma, é preciso ampliar o espaço educativo, ultrapassando os muros da escola pela parceria com outras instituições, na preparação de ambientes alternativos condizentes ao atendimento do público em questão, em um esforço conjunto de transformação conceitual e estrutural.

Há mais de 36 anos, Hugues de Varine, argumentou que o patrimônio cultural deveria ser abordado da perspectiva de três vetores básicos: o do conhecimento, o dos bens culturais e o do meio ambiente. Sob esse prisma, definia o "patrimônio do conhecimento" como os "costumes", as "crenças" e o "saber fazer" capaz de viabilizar a sobrevivência do homem no meio ambiente onde vivia, e delimitava o "patrimônio dos bens culturais" como conjunto de artefatos e tudo o mais que derivava do uso do patrimônio ambiental. Este último contemplava os elementos inerentes à natureza, como o próprio meio e os recursos naturais. Interpretada dessa maneira, a referida definição do patrimônio ambiental inclui não somente os "recursos naturais" ou "a natureza não apropriada pelo trabalho", mas também os subsídios da construção cultural, quais sejam, os ambientes urbanos percebidos como lócus da materialização das relações sociais.

Neste sentido, é necessário oferecer ao público oportunidade de obter reconhecimento de seus direitos e ampliar conhecimentos nos diversos campos do saber, melhorando e qualificando sua inserção social.

E é nessa perspectiva, que o contato com a Casa de Memória, e o seu rico acervo arquitetônico, paisagístico e histórico, aliado ao patrimônio imaterial, permitirá ao visitante múltiplas abordagens, favorecendo, em especial, o trabalho pedagógico de professores e educadores das mais diversas disciplinas.

OBJETIVO GERAL

Dinamizar a “Casa de Memória”, de modo que esta possa despertar a atenção do seu público visitante para as múltiplas potencialidades do espaço museológico, que poderão ser utilizadas em diversas atividades educacionais, contribuir com a cultura local na reafirmação de sua memória social coletiva e de sua identidade, através da valorização de seu patrimônio cultural, proporcionando aos seus visitantes uma reflexão crítica que lhes possibilite a percepção de inserção no ciclo da vida manifestado no cotidiano da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar a cultura local, fortalecendo a identidade da comunidade e auxiliando as atividades do turismo sustentável;
- Possibilitar a integração entre escola, alunos e comunidade;
- Capacitar os professores da rede pública de ensino embasado na metodologia da educação patrimonial;
- Relacionar a diversidade cultural local com a prática educativa escolar;
- Compreender as práticas culturais e, com base nelas, ampliar o acesso à cultura através de ações educativas, promovendo a participação social na construção de sua identidade.

PÚBLICO

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Comunidade, Visitantes.

METODOLOGIA

Instigar o desenvolvimento da oralidade e a senso-percepção da comunidade, utilizando como instrumento de trabalho a contextualização e a socialização.

Ação Educativa: Adaptação da Metodologia de Educação Patrimonial publicada por Maria de Lourdes Alencar Parreiras Horta, considerando o espaço físico disponível na instituição, os investimentos para tal proposta pedagógica, o conceito de museu vivenciado no senso comum, bem como a realidade local adequada à linha pedagógica seguida pela instituição museológica;

Problematização: A cada exposição temporária será definida a questão-problema para reflexão e ampliação da pesquisa no ambiente escolar.

1º MOMENTO: Ao chegarem os alunos serão recepcionados por um (a) profissional da área da educação para a devida acolhida e apresentações. Em seguida farão uma breve reflexão sobre a relação do Espaço Museológico com a comunidade, a partir de suas experiências pessoais relacionando com a história e o trabalho da instituição.

As estratégias serão aplicadas de acordo com o planejamento junto aos educadores e a equipe da coordenação de educação. Assim, conforme a escola/comunidade serão definidas as estratégias mais apropriadas de acordo com a ação selecionada. Para que tais ações sejam concretizadas com êxito, se faz necessário a utilização de um método construtivo e participativo.

2º MOMENTO: Visita as exposições.

3º MOMENTO: Consideração final/ Despedida. Avaliação através da escrita ou relatos orais dos estudantes e/ou comunidade, que podem ser realizados no dia ou trazidos ao museu posteriormente (no caso de estudantes).

Quando de Grupos Escolares: cada professor participante também preencherá uma ficha de avaliação para obtermos um diagnóstico de público mediante as necessidades a serem atendidas.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

HISTÓRIA ORAL – MEMÓRIA E PATRIMONIO IMATERIAL

Estratégia que envolve projetos escolares que queiram valorizar a memória das comunidades. Neste caso a equipe irá trabalhar com os educadores a metodologia de história oral e o foco das ações se voltará para a valorização da cultura imaterial, ou seja, o saber fazer da comunidade envolvida.

- Trazer pessoas da comunidade para apresentar aos alunos suas memórias utilizando os acervos da Casa de Memória (haverá - Elaboração de textos e relatórios);
- Publicação dos textos elaborados pelos alunos sobre a história;
- Apresentação artístico-cultural.
- Trabalho: ofícios e modos de fazer;
- Cotidiano: vida familiar e social;
- Folclore: manifestações culturais;
- Imaginário social: cultura popular; registro de áudio e vídeo desse encontro;
- A Comunidade onde vivo;
- Saberes e Fazeres da Comunidade;
- Rodas de Memória.

AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA MUSEU ESCOLA

Por meio de ações que valorizem o potencial educativo do museu, esta estratégia pode ser desenvolvida por si só, ou de forma a sustentar ações das demais estratégias. Seu foco está em desenvolver atividades que provoquem no educando a percepção da dimensão cultural em sua vida e de perceber o museu como espaço educativo. Ao mesmo tempo abre para os educadores a perspectiva de aproveitar melhor o potencial pedagógico desta instituição cultural.

- Mala pedagógica com o acervo da casa da memória, que possa itinerar em todos os municípios atingidos pela Foz;
- Elaboração de uma cartilha educativa a ser distribuída nas escolas e para visitantes. A cartilha servirá como material didático de apoio para alunos e professores em visita à instituição museológica. Esta cartilha deverá ser elaborada com uma linguagem lúdica e objetiva. Abaixo sugestões do que pode conter neste produto:
 - Texto de Introdução;
 - Texto de Apresentação;
 - Breve histórico da cidade e dentro deste apontar a riqueza de patrimônio cultural material e imaterial presente na sociedade e no seu entorno;
 - Em linguagem de história em quadrinhos, a publicação poderá apresentar ainda de forma lúdica e objetiva, bem como em linguagem de fácil compreensão, a conceituação de museu e como proceder durante a visita, como por exemplo: surgimento do nome do Museu e sobre a visita orientada por monitores, que são os responsáveis por transmitir informações sobre a exposição, obras, artistas, objetos, histórias de vida, entre outros aspectos implícitos;
 - Conceitos de Educação Patrimonial e sua Metodologia;
 - Conceituar Patrimônio Cultural, Material, Imaterial, Memória, etc.;
 - Desenhos para colorir;
 - Brincadeiras temáticas em relação à exposição, como por exemplo: jogo dos sete erros, caça-palavras, carta enigmática, etc;
 - Por fim pode-se acrescentar uma mensagem de agradecimento aos alunos pela presença na sessão de ação educativa;
 - E ainda conferir um certificado de participação.
- Apresentação e distribuição gratuita de material pedagógico, destinado aos professores e alunos.
- Exibição de vídeo que aborda as várias linguagens utilizadas na comunicação entre a Coordenação de Educação e seu público-alvo;
- Visitas mediadas às exposições de curta e longa duração;

- Sugestões de atividades para visitas com escolares;
- Palestras multidisciplinares que integram às várias disciplinas do ensino formal.
- Realização de atividades lúdicas tais como: jogos e brincadeiras, que poderão utilizar materiais concretos – elaborado com materiais recicláveis – visando a sustentabilidade - direcionado às várias faixas etárias.

PATRIMONIO NATURAL

Esta estratégia visa aproveitar os conceitos trabalhados em nível nacional sobre patrimônio e desenvolver com as comunidades a percepção de que o ambiente em que vivem é um dos patrimônios mais importantes de que dispõem. Principalmente no momento em que os debates em torno da sustentabilidade ganham maior destaque no mundo contemporâneo.

Desenvolver ações educativas por meio das ciências humanas, artísticas e diálogos oriundos de rodas de conversa, que permitam aos estudantes ocuparem o papel de protagonistas no desenvolvimento sustentável local e regional;

Fazer com que conheçam os impactos sociais e ambientais proporcionados com a criação da UHE Foz do Chapecó, realizando atividades sustentáveis na escola, bairro, comércio, indústrias e comunidade.

Exibição de vídeos que tenham conteúdo que desperte nos alunos o comprometimento com a realidade que o cerca, para que o mesmo possa desenvolver seu lado sensibilizador de uma ação sociocultural e humanitária.

VISITAS PEDAGÓGICAS

Como sabemos o Museu é um ambiente onde diversos públicos interagem de modo interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. O programa está voltado para grupos de escolares, tendo por objetivo a dinamização das visitas, levando os participantes a uma percepção real do Espaço Museológico e seu acervo.

O programa inclui:

- Dinâmica de grupos com atividades lúdicas e interativas, sobre temas relativos ao Espaço Museológico seu acervo;
- Exibição de vídeos;
- Visitas mediadas às Exposições de curta e longa duração;
- Avaliação e distribuição de material pedagógico.

NOTA: Deverão ser realizadas, com entrada gratuita, em horário definido pela coordenação de educação, mediante disponibilidade de agenda e marcação prévia, diretamente com a equipe de coordenação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. História (5ª a 8ª série) MEC/SEF, Brasília, 1998.
- BRUNER, Jerome. **The Process of Education**, Harvard University Press, United States, 1960.
- DE LA TORRE, Saturnino, RIOS, Oscar Barrios. // - **Estratégias didáticas fora da classe**. In: DE LA TORRE, Saturnino, RIOS. **Curso de formação para educadores**. São Paulo, Madras, 2002.
- FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **A preservação arqueológica através da Educação Patrimonial**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS. Dissertação de mestrado. 2001.
- FRANZ S. Teresinha. **Educação para uma compreensão crítica da arte**. Florianópolis – SC. Letras Contemporâneas, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**. São Paulo. Moraes, 1980.
- FREITAS, Denise Martins. **Misturando Memórias: contos e crônicas de Itajaí** / Denise Martins Freitas e Leandro dos Santos – Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. *Diálogos*, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, 2005, p.34.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, Brasília, DF: UNESCO, 1996.
- GASPAR, Madu. **Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Alencar Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial** / Maria de Lourdes Alencar Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 139 e 138, respectivamente.
- LERSCH, Teresa Morales, OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **El concepto del museo comunitario: historia viviente o memoria para transformar la historia?** Ponencia presentada en la mesa redonda “Museos: nuestra historia viviente”, en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 2004. Tradução de Odalice Miranda Priosti. Fonte: Jornal QUARTEIRÃO – Santa Cruz – RJ – nº 77 – Maio/Junho 2008 – p. 15.
- PATRIMÔNIO - REVISTA ELETRÔNICA DO IPHAN. **Educação patrimonial como política pública**. Disponível em <http://revista.iphan.gov.br/>.
- PEREIRA, Eráclito; SANTOS, Giordanna. **Patrimônio Cultural, memória social e identidade: reflexões acerca dos Clubes Sociais Negros (SC) e da**

dança Siriri (MT). In V Seminário Internacional Memória e Patrimônio (SIMP), Pelotas – RS. Ed. UFPel, 2011, p 359-369.

PRIOSTI, Odalice Miranda, BOHAN, Hugues de Varine. **O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológico comunitários.** 2006.

TAMANINI, Elizabete. **O museu, a arqueologia e o público: um olhar necessário** in FUNARI, Pedro Paulo Abreu, **Cultura material a arqueologia histórica.** São Paulo: Idéias Unicamp, 1988.

VARINE, Hugues de. **A experiência internacional: notas de aula.** São Paulo: FAU-USP, 1974.

VARINE, Hugues de. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços.** Intervenção apresentada no Congresso do ICOM Italiano. Verona, 2007.



Viés
Cultural
Museologia e Patrimônio

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA
CASA DE MEMÓRIA DE SÃO CARLOS – SC

PROJETO DE AÇÃO EDUCATIVA

CASA DE MEMÓRIA DE SÃO CARLOS – SC

INTRODUÇÃO

Segundo Pereira e Santos (2011, p. 8), a preservação do patrimônio cultural está, pois, associada à cidadania, condição primeira para a transformação social.

A Casa da Memória de São Carlos um espaço de salvaguarda, pesquisa, comunicação, educação e principalmente um espaço que gere reflexão sobre os municípios influenciados pela usina, desde o surgimento dos mesmos até os dias atuais é resultado da responsabilidade sociocultural assumida pela UHE Foz do Chapecó com os municípios que sofreram algum impacto com a construção da usina. A preservação da memória e da história se dá através de locais como este.

E é justamente por ser uma instituição de caráter público, diretamente ligada a Secretaria de Educação de São Carlos e ainda, por estar situada no antigo Colégio Santo Antônio, construído em 1938, prédio este de fundamental importância no processo de consolidação educacional do município, que se faz necessária a consolidação de suas ações museológicas, em ações culturais e educativas, visando estimular a investigação e o saber.

Segundo Freire, o conhecimento faz sentido para o estudante quando o transforma em sujeito que pode transformar o mundo. Bom senso, humildade, tolerância, respeito, curiosidade são alguns dos princípios defendidos por essa corrente. A educação se torna uma ferramenta para "libertar" o aluno. Fundamentado pela linha pedagógica freiriana – pedagogia baseada nas ideias de Paulo Freire, voltada para a alfabetização, para os aspectos culturais, sociais e humanos do aluno e do público visitante sempre levados em conta. Esta postura implica em ouvir o aluno para ajudá-lo a construir confiança, para que ele possa entender o mundo por meio do conhecimento – o projeto de

ação cultural e educativa da Casa de Memória assume-se como complementar aos programas acadêmicos dos alunos e visa ser um instrumento de trabalho, dentro e fora da sala de aula, para explorar as temáticas de carácter local, levando os participantes a descobrirem a história da sua cidade e os processos tecnológicos oriundos das ações e impactos causados com a construção da Usina.

Além das atividades lúdicas, realizar-se-ão, também, visitas orientadas, que terão como objetivo perceber as ações museológicas empregadas nos objetos em exposição na Casa de Memória, consciencializando o público escolar para as questões da preservação e conservação do patrimônio cultural local.

JUSTIFICATIVA

Tendo o patrimônio cultural como ponto de partida para suscitar questionamentos e reflexões, estabelecemos a partir dele, conexões com o passado e com o presente no campo da história, da tecnologia, da arte, da arquitetura, da geografia, e de outras áreas do saber, evidenciadas pelo acervo exposto, e que aqui se apresenta inserido em um contexto de múltiplas linguagens.

O conceito de “Educação para o Patrimônio” proposto por Grinspum (2000, p. 27), contempla as práticas educacionais de museus de qualquer natureza e pode ser entendido como “formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar o patrimônio material e imaterial com excelência e igualdade”.

Seguindo a mesma lógica, o elo da cadeia operatória museológica capaz e responsável por responder às demandas sociais direcionadas aos museus seriam os setores ligados à comunicação e, em particular, os educativos, já que são eles os interlocutores diretos com o público frequentador e potencial, e seriam eles os responsáveis por “acessibilizar” o conhecimento produzido pelos

museus para todos os tipos de público. A lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, reafirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como nas manifestações culturais.

A proposta para que se promova a construção do conhecimento é ter como referência a cultura visual existente no espaço museológico, integrada à cultura viva (saberes e fazeres) existente no território (comunidade) onde a instituição esta situada; no interesse pela pesquisa e análise do contexto, por meio da história oral, levando a uma reflexão crítica e compreensão dos movimentos históricos pelo qual a sociedade em geral vem se organizando.

Dessa forma, é preciso ampliar o espaço educativo, ultrapassando os muros da escola pela parceria com outras instituições, na preparação de ambientes alternativos condizentes ao atendimento do público em questão, em um esforço conjunto de transformação conceitual e estrutural.

Há mais de 36 anos, Hugues de Varine, argumentou que o patrimônio cultural deveria ser abordado da perspectiva de três vetores básicos: o do conhecimento, o dos bens culturais e o do meio ambiente. Sob esse prisma, definia o "patrimônio do conhecimento" como os "costumes", as "crenças" e o "saber fazer" capaz de viabilizar a sobrevivência do homem no meio ambiente onde vivia, e delimitava o "patrimônio dos bens culturais" como conjunto de artefatos e tudo o mais que derivava do uso do patrimônio ambiental. Este último contemplava os elementos inerentes à natureza, como o próprio meio e os recursos naturais. Interpretada dessa maneira, a referida definição do patrimônio ambiental inclui não somente os "recursos naturais" ou "a natureza não apropriada pelo trabalho", mas também os subsídios da construção cultural, quais sejam, os ambientes urbanos percebidos como lócus da materialização das relações sociais.

Neste sentido, é necessário oferecer ao público oportunidade de obter reconhecimento de seus direitos e ampliar conhecimentos nos diversos campos do saber, melhorando e qualificando sua inserção social.

E é nessa perspectiva, que o contato com a Casa de Memória, e o seu rico acervo arquitetônico, paisagístico e histórico, aliado ao patrimônio

imaterial, permitirá ao visitante múltiplas abordagens, favorecendo, em especial, o trabalho pedagógico de professores e educadores das mais diversas disciplinas.

OBJETIVO GERAL

Dinamizar a “Casa de Memória”, de modo que esta possa despertar a atenção do seu público visitante para as múltiplas potencialidades do espaço museológico, que poderão ser utilizadas em diversas atividades educacionais, contribuir com a cultura local na reafirmação de sua memória social coletiva e de sua identidade, através da valorização de seu patrimônio cultural, proporcionando aos seus visitantes uma reflexão crítica que lhes possibilite a percepção de inserção no ciclo da vida manifestado no cotidiano da sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar a cultura local, fortalecendo a identidade da comunidade e auxiliando as atividades do turismo sustentável;
- Possibilitar a integração entre escola, alunos e comunidade;
- Capacitar os professores da rede pública de ensino embasado na metodologia da educação patrimonial;
- Relacionar a diversidade cultural local com a prática educativa escolar;
- Compreender as práticas culturais e, com base nelas, ampliar o acesso à cultura através de ações educativas, promovendo a participação social na construção de sua identidade.

Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior, Comunidade, Visitantes.

METODOLOGIA

Instigar o desenvolvimento da oralidade e a senso-percepção da comunidade, utilizando como instrumento de trabalho a contextualização e a socialização.

Ação Educativa: Adaptação da Metodologia de Educação Patrimonial publicada por Maria de Lourdes Alencar Parreiras Horta, considerando o espaço físico disponível na instituição, os investimentos para tal proposta pedagógica, o conceito de museu vivenciado no senso comum, bem como a realidade local adequada à linha pedagógica seguida pela instituição museológica;

Problematização: A cada exposição temporária será definida a questão-problema para reflexão e ampliação da pesquisa no ambiente escolar.

1º MOMENTO: Ao chegarem os alunos serão recepcionados por um (a) profissional da área da educação para a devida acolhida e apresentações. Em seguida farão uma breve reflexão sobre a relação do Espaço Museológico com a comunidade, a partir de suas experiências pessoais relacionando com a história e o trabalho da instituição.

As estratégias serão aplicadas de acordo com o planejamento junto aos educadores e a equipe da coordenação de educação. Assim, conforme a escola/comunidade serão definidas as estratégias mais apropriadas de acordo

com a ação selecionada. Para que tais ações sejam concretizadas com êxito, se faz necessário a utilização de um método construtivo e participativo.

2º MOMENTO: Visita as exposições.

3º MOMENTO: Consideração final/ Despedida. Avaliação através da escrita ou relatos orais dos estudantes e/ou comunidade, que podem ser realizados no dia ou trazidos ao museu posteriormente (no caso de estudantes).

Quando de Grupos Escolares: cada professor participante também preencherá uma ficha de avaliação para obtermos um diagnóstico de público mediante as necessidades a serem atendidas.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

HISTÓRIA ORAL – MEMÓRIA E PATRIMONIO IMATERIAL

Estratégia que envolve projetos escolares que queiram valorizar a memória das comunidades. Neste caso a equipe irá trabalhar com os educadores a metodologia de história oral e o foco das ações se voltará para a valorização da cultura imaterial, ou seja, o saber fazer da comunidade envolvida.

- Trazer pessoas da comunidade para apresentar aos alunos suas memórias utilizando os acervos da Casa de Memória (haverá - Elaboração de textos e relatórios);
- Publicação dos textos elaborados pelos alunos sobre a história;
- Apresentação artístico-cultural.
- Trabalho: ofícios e modos de fazer;
- Cotidiano: vida familiar e social;
- Folclore: manifestações culturais;
- Imaginário social: cultura popular; registro de áudio e vídeo desse encontro;
- A Comunidade onde vivo;
- Saberes e Fazeres da Comunidade;
- Rodas de Memória.

PATRIMONIO MATERIAL

Visando a percepção da materialidade como forma de expressão das práticas culturais de um povo, esta estratégia permite envolver a escola/comunidade em ações que possibilitem reconhecer a dimensão da materialidade como testemunhos de nossa trajetória cultural e histórica e também a mapear quais destes testemunhos são significativos para a comunidade.

- Dinâmicas de grupo sobre a trajetória do objeto inserido em no espaço museológico;
- Coleta de fotografias antigas;
- Escolha de um objeto ou foto do mês para ser trabalhada com as escolas dos municípios atingidos pela UHE Foz do Chapecó;

AÇÃO CULTURAL E EDUCATIVA MUSEU ESCOLA

Por meio de ações que valorizem o potencial educativo do museu, esta estratégia pode ser desenvolvida por si só, ou de forma a sustentar ações das demais estratégias. Seu foco está em desenvolver atividades que provoquem no educando a percepção da dimensão cultural em sua vida e de perceber o museu como espaço educativo. Ao mesmo tempo abre para os educadores a perspectiva de aproveitar melhor o potencial pedagógico desta instituição cultural.

- Mala pedagógica com o acervo da casa da memória, que possa itinerar em todos os municípios atingidos pela Foz;
- Elaboração de uma cartilha educativa a ser distribuída nas escolas e para visitantes. A cartilha servirá como material didático de apoio para alunos e professores em visita à instituição museológica. Esta cartilha deverá ser elaborada com uma linguagem lúdica e objetiva. Abaixo sugestões do que pode conter neste produto:
 - Texto de Introdução;
 - Texto de Apresentação;
 - Breve histórico da cidade e dentro deste apontar a riqueza de patrimônio cultural material e imaterial presente na sociedade e no seu entorno;
 - Em linguagem de história em quadrinhos, a publicação poderá apresentar ainda de forma lúdica e objetiva, bem como em linguagem de fácil compreensão, a conceituação de museu e como proceder durante a visita, como por exemplo: surgimento do nome do Museu e sobre a visita orientada por monitores, que são os responsáveis por

- transmitir informações sobre a exposição, obras, artistas, objetos, histórias de vida, entre outros aspectos implícitos;
- Conceitos de Educação Patrimonial e sua Metodologia;
 - Conceituar Patrimônio Cultural, Material, Imaterial, Memória, etc.;
 - Desenhos para colorir;
 - Brincadeiras temáticas em relação à exposição, como por exemplo: jogo dos sete erros, caça-palavras, carta enigmática, etc;
 - Por fim pode-se acrescentar uma mensagem de agradecimento aos alunos pela presença na sessão de ação educativa;
 - E ainda conferir um certificado de participação.
- Apresentação e distribuição gratuita de material pedagógico, destinado aos professores e alunos.
 - Exibição de vídeo que aborda as várias linguagens utilizadas na comunicação entre a Coordenação de Educação e seu público-alvo;
 - Visitas mediadas às exposições de curta e longa duração;
 - Sugestões de atividades para visitas com escolares;
 - Palestras multidisciplinares que integram às várias disciplinas do ensino formal.
 - Realização de atividade lúdicas tais como: jogos e brincadeiras, que poderão utilizar materiais concretos – elaborado com materiais recicláveis – visando a sustentabilidade - direcionado às várias faixas etárias.

PATRIMONIO NATURAL

Esta estratégia visa aproveitar os conceitos trabalhados em nível nacional sobre patrimônio e desenvolver com as comunidades a percepção de que o ambiente em que vivem é um dos patrimônios mais importantes de que dispõem. Principalmente no momento em que os debates em torno da sustentabilidade ganham maior destaque no mundo contemporâneo.

Desenvolver ações educativas por meio das ciências humanas, artísticas e diálogos oriundos de rodas de conversa, que permitam aos estudantes ocuparem o papel de protagonistas no desenvolvimento sustentável local e regional;

Fazer com que conheçam os impactos sociais e ambientais proporcionados com a criação da UHE Foz do Chapecó, realizando atividades sustentáveis na escola, bairro, comércio, indústrias e comunidade.

Exibição de vídeos que tenham conteúdo que desperte nos alunos o comprometimento com a realidade que o cerca, para que o mesmo possa desenvolver seu lado sensibilizador de uma ação sociocultural e humanitária.

VISITAS PEDAGÓGICAS

Como sabemos o Museu é um ambiente onde diversos públicos interagem de modo interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. O programa está voltado para grupos de escolares, tendo por objetivo à dinamização das visitas, levando os participantes a uma percepção real do Espaço Museológico e seu acervo.

O programa inclui:

- Dinâmica de grupos com atividades lúdicas e interativas, sobre temas relativos ao Espaço Museológico seu acervo;
- Exibição de vídeos;
- Visitas mediadas às Exposições de curta e longa duração;
- Avaliação e distribuição de material pedagógico.

NOTA: Deverão ser realizadas, com entrada gratuita, em horário definido pela coordenação de educação, mediante disponibilidade de agenda e marcação prévia, diretamente com a equipe de coordenação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais**. História (5ª a 8ª série) MEC/SEF, Brasília, 1998.
- BRUNER, Jerome. **The Process of Education**, Harvard University Press, United States, 1960.
- DE LA TORRE, Saturnino, RIOS, Oscar Barrios. // - **Estratégias didáticas fora da classe**. In: DE LA TORRE, Saturnino, RIOS. **Curso de formação para educadores**. São Paulo, Madras, 2002.
- FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **A preservação arqueológica através da Educação Patrimonial**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS. Dissertação de mestrado. 2001.
- FRANZ S. Teresinha. **Educação para uma compreensão crítica da arte**. Florianópolis – SC. Letras Contemporâneas, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**. São Paulo. Moraes, 1980.
- FREITAS, Denise Martins. **Misturando Memórias: contos e crônicas de Itajaí** / Denise Martins Freitas e Leandro dos Santos – Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. **O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares**. *Diálogos*, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM, v.9, n.1, 2005, p.34.
- GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, Brasília, DF: UNESCO, 1996.
- GASPAR, Madu. **Sambaqui: Arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000.
- HORTA, Maria de Lourdes Alencar Parreiras. **Guia Básico de Educação Patrimonial** / Maria de Lourdes Alencar Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 139 e 138, respectivamente.
- LERSCH, Teresa Morales, OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena. **El concepto del museo comunitario: historia viviente o memoria para transformar la historia?** Ponencia presentada en la mesa redonda “Museos: nuestra historia viviente”, en la Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri, 2004. Tradução de Odalice Miranda Priosti. Fonte: Jornal QUARTEIRÃO – Santa Cruz – RJ – nº 77 – Maio/Junho 2008 – p. 15.
- PATRIMÔNIO - REVISTA ELETRÔNICA DO IPHAN. **Educação patrimonial como política pública**. Disponível em <http://revista.iphan.gov.br/>.
- PEREIRA, Eráclito; SANTOS, Giordanna. **Patrimônio Cultural, memória social e identidade: reflexões acerca dos Clubes Sociais Negros (SC) e da**

dança Siriri (MT). In V Seminário Internacional Memória e Patrimônio (SIMP), Pelotas – RS. Ed. UFPel, 2011, p 359-369.

PRIOSTI, Odalice Miranda, BOHAN, Hugues de Varine. **O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológico comunitários.** 2006.

TAMANINI, Elizabete. **O museu, a arqueologia e o público: um olhar necessário** in FUNARI, Pedro Paulo Abreu, **Cultura material a arqueologia histórica.** São Paulo: Idéias Unicamp, 1988.

VARINE, Hugues de. **A experiência internacional: notas de aula.** São Paulo: FAU-USP, 1974.

VARINE, Hugues de. **O lugar da comunidade no museu: uma troca de serviços.** Intervenção apresentada no Congresso do ICOM Italiano. Verona, 2007.